

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.112 - RJ (2020/0258438-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : REINALDO MALFITANO LOURENÇO
ADVOGADO : ANTÔNIO JOSÉ MANSUR - RJ088367
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por REINALDO MALFITANO LOURENÇO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DOS PERÍODOS DE ATIVIDADE LABORATIVA. FRAUDE.

1. A documentação acostada aos autos não é suficiente para a comprovação de tempo de contribuição suficiente à concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, nem mesmo proporcional.

2. Apesar da defesa apresentada pelo segurado, o INSS constatou que as GFIPs referente à empresa Instalar Instalações e Assistência Técnica em Aparelhos Eletrônicos, além de extemporâneas, foram enviadas em nome do Restaurante Lacho e Pan Show de Bola, e não por um escritório contábil. Destacou que da mesma GFIP constam nomes de três outros segurados cujos benefícios também se encontram suspensos por constatação de irregularidades.

3. Quanto às contribuições recolhidas por carnê, o próprio segurado afirma que foi contabilizada em excesso e comprova 56 comprovantes, em detrimento das 265 contribuições anteriormente computadas.

Verifica-se, ainda, que os procedimentos de habilitação e concessão do benefício foram efetuados pelo mesmo servidor, o que é bastante atípico. A decisão administrativa de fls. 199/203 trouxe outras irregularidades encontradas na CTPS e no CNIS do segurado, inclusive apontando vínculos com empresas que se encontravam com suas atividades paralisadas na época.

4. A Junta de Recursos simulou nova contagem de tempo de contribuição retirando apenas o período inicialmente considerado como contribuinte individual, conforme confirmação do próprio segurado de que não houve recolhimento durante o período. Mesmo que os vínculos questionados fossem válidos, ele contaria com pouco mais de 30 anos de contribuição, tempo insuficiente mesmo para a concessão de aposentadoria proporcional.

5. Dado provimento à apelação.

A parte recorrente aponta a possibilidade de reconhecimento do

direito ao benefício previdenciário, conforme as provas apresentadas no presente caso, independentemente do apurado em ação criminal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no ARESP n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no AREsp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente